

## A FORMAÇÃO DE PROFESSORES MULTIPLICADORES EM EDUCAÇÃO SEXUAL

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes<sup>1</sup>

### TRAINING TEACHERS MULTIPLIERS IN SEXUAL EDUCATION

**Resumo:** Educar para a sexualidade nas escolas constitui uma realidade possível, além de ser legislada no Brasil pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, decorrentes da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, depois de quase vinte anos de vigência desta lei, encontramos professores despreparados em conteúdo e/ou à disposição para vencer as barreiras relacionais, administrativas e pedagógicas para atuarem na área. Por outro lado, os recentes ataques advindos de setores conservadores da sociedade sobre a implementação de discussões de relações de gênero nas escolas afetam diretamente projetos sobre educação para a sexualidade, posto que é impossível dissociar essas duas perspectivas, que dizem respeito às identidades das pessoas, parte essencial de suas vidas. Educar para a sexualidade inclui necessariamente a compreensão das relações de gênero como relações de poder e o respeito à diversidade. Neste sentido, tornam-se cada vez mais necessárias a adoção e a manutenção de processos/projetos de formação de educadores. Com este propósito implementamos disciplinas na Universidade Federal da Bahia e na Universidade Salvador, efetivamos ações extensionistas e cursos de especialização que se constituíram e ainda se constituem processos pedagógicos adequados para a formação de educadores em sexualidade. Nessas formações adotamos a metodologia participativa, que privilegia a construção coletiva de conhecimentos a partir de muito estudo e da experiência de todos os envolvidos. Situando-se, também, como participantes, os educadores valorizam as histórias e vivências do grupo, sentem-se estimulados à troca de experiências e à construção coletiva de novos saberes: múltiplos, amplos, diversificados, transformadores.

**Palavras-chave:** educação sexual; formação de professores; extensão

**Abstract:** Educating for sexuality in schools constitutes a possible reality, besides being legislated in Brazil by the National Curriculum Parameters, arising from the last Law of Guidelines and Bases of National Education. Educating for sexuality in schools constitutes a possible reality, besides being legislated in Brazil by the National Curriculum Parameters, arising from the last Law of Guidelines and Bases of National Education. However, after almost twenty years of existence of this law, we still find unprepared teachers about content and /or willingness to overcome relational, administrative and educational barriers to work in the area. On the other hand, the recent attacks coming from society's conservative sectors around implementation of gender relations discussions in schools directly affects projects on education for sexuality. Considering this condition, it is impossible to separate these two perspectives concerning the people's identities, essential part of their lives. Educating for sexuality necessarily includes the understanding of gender relations as connections of power and respect for diversity. In this sense, it has become increasingly necessary the adoption and maintenance processes and teacher training projects. For this purpose, we implemented disciplines at the Bahia's Federal University Bahia and Salvador University, accomplished extension actions and specialization courses that has constituted pedagogical processes suitable for sexuality educators' formation. In these formations, we have adopted a participatory methodology that have favoured the collective construction of knowledge from a plenty of study and experience of all who has been involved. Also be standing as participants, educators appreciate the groups' stories and experiences, feel stimulated in consideration of exchange experiences and collective construction of new knowledge: multiples, large, diversified and transformers.

**Keywords:** sexual education; teachers' training; extension

---

<sup>1</sup> Graduada em pedagogia, mestre e doutora em educação pela Universidade Federal da Bahia -- UFBA. Professora adjunta aposentada da Universidade Federal da Bahia. Professora titular da Universidade Salvador, onde implantou e coordenou o curso de pedagogia por dez anos. Tem experiência na área de educação, com ênfase em educação sexual, formação docente, memória e relações de gênero. Atua também na UAB -- Universidade Aberta do Brasil pela UNEB -- Universidade do Estado da Bahia e na Plataforma Freire pela UFBA. Avaliadora de cursos pelo Conselho Estadual de Educação-Ba. Membro da SBRASH -- Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana. e-mail: [tcrisfpf@uol.com.br](mailto:tcrisfpf@uol.com.br)

## Introdução:

O processo de educar para a sexualidade nas escolas, demanda o que por muitos anos foi quase impossível, mas é fato plausível, principalmente a partir do referendo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), promulgados em consequência da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

Contudo, mesmo depois de quase duas décadas de vigência da legislação, encontramos professores despreparados em conteúdo e/ou sem disposição para vencer as barreiras relacionais, administrativas e pedagógicas para atuar na área. Acrescente-se que, neste ano no Brasil, estamos vivendo um marcante retrocesso quando setores conservadores da sociedade atacam intensamente a implementação de discussões sobre sexualidade nas escolas, culminando com a apresentação de projetos de lei que proíbem o debate sobre as questões de gênero na educação básica da rede pública. Obviamente tais medidas afetam diretamente os projetos de educação para a sexualidade, uma vez que não é possível dissociar essas duas perspectivas, que dizem respeito às identidades das pessoas, parte essencial de suas vidas.

Educar para a sexualidade inclui necessariamente a compreensão das relações de gênero como relações de poder e o respeito à diversidade. Neste sentido, se tornam cada vez mais necessárias a adoção e a manutenção de processos/projetos de formação de educadores em sexualidade.

## Como tudo começou?

A temática sexualidade não esteve presente nos currículos durante nossa formação, da educação infantil ao ensino superior, como não esteve na formação da maioria das educadoras e educadores com os quais convivemos.

No curso de Pedagogia, na Universidade Federal da Bahia, a disciplina fundamentos biológicos da educação abordava o tema "A problemática biológica da adolescência" que instigava a turma a questionar sobre sexualidade não apenas nesta fase da vida, como naquela em que se encontrava a maioria dos estudantes, na época entre 18 a 65 anos. Mas este era apenas um tópico, um momento, distanciado de uma construção e reconstrução de saberes, crenças, valores, comportamentos e atitudes concernentes a essa fantástica dimensão humana. Ademais, particu-

larmente não concordávamos com a adjetivação da adolescência como 'problemática'. Então, tivemos a oportunidade, ao nos tornarmos docente dessa disciplina logo após a conclusão da graduação em pedagogia, de reestruturar a sua programação, ampliando a discussão do tema para "Adolescência: aspectos biopsicossociais", que comportava, 'timidamente', uma discussão sobre sexualidade. Esta temática, contudo, somente passou a ser pontuada no currículo do curso, ao criarmos e implementarmos a disciplina "Sexualidade e educação", para o curso de pedagogia e para outros de graduação como o de ciências biológicas, primeiro a encampar o projeto e os de psicologia, letras e educação física.

A criação da disciplina decorreu não apenas do nosso propósito, como também das demandas sociais por ações extensionistas no campo da formação de educadores sexuais. Todos queriam 'saber' como educar para a sexualidade, temática recorrente em seu trabalho docente, mas o medo, preconceitos, despreparo e a insegurança falavam mais alto. Com o tempo, os professores engajados nos processos formativos que oferecíamos foram pouco a pouco substituindo estes sentimentos por 'ousar' começar, projetar, (re) construir, avaliar e multiplicar suas experiências bem-sucedidas.

## Tendências pedagógicas: aporte para a fundamentação e direcionamento da formação e da prática docente

A educação é uma prática humana intencional que se fundamenta em uma concepção teórica e em uma pedagogia que fornece os aspectos antropológicos, gnosiológicos e morais, ao mesmo tempo ordena e direciona a prática educacional. Igualmente, a formação de professores se dá sob a égide das ideias pedagógicas, também chamadas de pedagogias ou tendências pedagógicas, a saber: tradicional, escola nova, tecnicista, libertadora e pedagogia crítico-social dos conteúdos.

A delimitação dos princípios educativos de determinada convicção pedagógica se mostra como um esforço conceitual e didático. Contudo, "[...] tanto as tendências pedagógicas quanto suas manifestações não são puras e exclusivas o que, aliás, é a limitação principal de qualquer tentativa de classificação" (LUCKESI, 2011, p. 72). O que importa é salientar que cada orientação aponta para aspectos positivos que podem

ser incorporados nos processos/projetos de formação de educadores em sexualidade.

### **Pedagogia tradicional**

Esta pedagogia parte de uma visão antropológica que concebe o ser humano como dotado de uma natureza abstrata e imutável, razão pela qual é também chamada de pedagogia da essência. Deriva, desta concepção o pressuposto de que a educação deve possibilitar que as potencialidades existentes em cada indivíduo desabrochem pelo auxílio de uma pessoa adulta e preparada capaz de transmitir os conteúdos cristalizados pela cultura, as pautas de conduta, os ideais, hábitos e normas a serem imitados pelos estudantes.

Idealiza, também, a igualdade entre as pessoas e a necessidade da educação para elevá-las a outro patamar de ensino, por meio da disciplina e adequação aos modelos existentes e valorizados em uma determinada sociedade. É um ideário de preparação intelectual e moral das crianças e jovens para assumirem seu papel na sociedade, reproduzindo como verdades absolutas tudo aquilo que aprenderam.

A pedagogia tradicional enfatiza a autoridade do professor e a atitude receptiva dos alunos de modo exacerbado, o que coloca em evidência problemas de ordem moral como o cerceamento da liberdade dos estudantes e o alheamento da sua realidade concreta. Educar para a sexualidade de forma tradicional é resumir o processo pedagógico a palestras com profissionais, considerados autoridades sobre a temática em que são se debruçam.

### **Escola nova**

Esta tendência emergiu do movimento desencadeado no final do Século XIX como tentativa de superar a pedagogia da essência pela pedagogia da existência, ou melhor, por uma pedagogia cuja base antropológica vê os indivíduos como seres singulares e, portanto, com diferentes potencialidades, ritmos de aprendizado, desejos e interesses. Desse modo, é inconcebível a sujeição a imposições de modelos previamente estabelecidos.

No Brasil, o movimento escolanovista se impôs desde 1920, e os seus pressupostos e intencionalidade se materializaram no *Manifesto dos pioneiros da escola nova*, que teve como principais signatários, Fernando de Azevedo,

Lourenço Filho e Anísio Teixeira. Em tal manifesto encontramos a ideia de que a educação deve reconhecer que todo indivíduo tem o direito de ser educado até quando permitirem suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. Sendo a educação uma função essencialmente pública e gratuita, torna-se dependente da coeducação para assegurar ser mais econômica a organização da obra escolar. Por outro lado, o Manifesto não trata das diferenças étnicas e sociais, pois trabalha com a perspectiva de que todos são iguais, diferenciando somente em suas capacidades cognitivas; traz a ideia de implantação de uma democracia educacional. (SAVIANI, 2007).

Destaca-se de positivo nesta pedagogia o princípio de que só se aprende o que tem e faz sentido. Desta forma, tratando da sexualidade, é de se esperar que as aprendizagens sejam sempre buscadas, por serem sempre significativas.

### **Tecnicismo**

A pedagogia tecnicista emergiu como saída para o crescente aumento de críticas à escola tradicional e à renovada como a escola nova. Esta tendência direcionou propostas de uma educação formal baseada no modelo empresarial subordinando a educação à sociedade e tendo como princípio norteador a preparação de "recursos humanos", utilizando o enfoque sistêmico da tecnologia educacional e da análise experimental do comportamento.

Seus princípios mais marcantes foram a racionalidade, a eficiência, a produtividade e a neutralidade científica. Negando os determinantes sociais, desencadeou uma enorme distância entre o planejamento, elaborado por especialistas e não pelos professores, que se tornaram simples executores, e a prática educativa. Modeladas por esta tendência, propostas educativas foram criadas, tais como o micro-ensino, o tele-ensino e a instrução programada, entre outras, não cabíveis no contexto de uma educação para a sexualidade. (FAGUNDES, 2005).

Foi, exatamente, sob o efeito desta tendência e pela busca de renovação, frente às limitações impostas por estes princípios, que começamos – nos anos 1980 – a efetivar os processos de formação de professores para atuar na educação sexual das escolas, considerando as experiências de vida dos envolvidos e a busca de solução para os problemas ligados ao entendimento da sexualidade humana que emergiam

no cotidiano docente, para superar a ênfase de domínio de conteúdo e de técnicas que, se são eficazes para uns, não podem ser generalizados como sendo o ideal para todos.

### **Pedagogia libertadora**

A educação libertadora é uma tendência que prevê que os conteúdos sejam temas geradores ou grupos temáticos, extraídos da própria prática ou experiência de vida cotidiana dos educandos. Questiona concretamente a realidade das relações da pessoa humana com o mundo e com as outras pessoas, buscando uma transformação.

É também conhecida como pedagogia de Paulo Freire (1980), educador que, rebelando-se contra toda forma de autoritarismo e dominação, defendeu a conscientização como processo a ser conquistado pelo homem, por meio da problematização de sua própria realidade. Desenvolveu um método de educação que promovia a conscientização dos indivíduos através da alfabetização que, para ele, era sinônimo de libertação.

Os princípios desta tendência são condizentes com as situações desafiadoras no campo da sexualidade, dada a sua relevância social e política, que contribui para uma real e autêntica formação de cidadãos. Constitui-se base para os processos pedagógicos que privilegiam os saberes das pessoas participantes.

### **Pedagogia crítico-social dos conteúdos**

Esta pedagogia tem como princípio a aprendizagem significativa que parte do que o estudante, (criança, adolescente ou adulto) já sabe para promover novas experiências, novas aprendizagens (LIBÂNEO, 1985), acentuando a prioridade dos conteúdos em paralelo às realidades sociais. A atuação da escola prevista por esta tendência (não reprodutivista) consiste na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições. Nela encontramos eco para nossas ideias, preocupações e necessidades no campo da educação sexual e na perspectiva de educar para a sexualidade. Conteúdos devem ser trabalhados a partir do que emerge como necessidade do grupo que, por sua vez, e reprocessa-os interativamente, levanta outras problemáticas, planeja meios de encontrar as soluções e avalia o processo de ensino-aprendizagem a que são submetidos, mas como sujeitos ativos,

problematizadores, aprendizes. Os professores, neste contexto, são pessoas críticas e reflexivas, daí o nome da tendência.

Reafirmando o que já declaramos, as ideias ou tendências pedagógicas não são estanques. Há predominância, por vezes oscilante, de umas sobre as outras. E as inovações se veem, de repente, 'contaminadas' por uma espécie de retrocesso ao se 'deixarem' perpetrar por ênfases que desaceleram a evolução dos processos de ensino-aprendizagem, de forma a torná-los cada vez mais efetivos e adequados às gerações envolvidas.

Permanecem constantes, por outro lado, os saberes necessários à docência. Saber é uma palavra que pode ser usada em diferentes contextos, de modos diversos e significados distintos. Neste artigo tomamos a palavra saber na concepção de capacidade, de conhecimento, habilidades e de competências mediatizados pelos educadores no exercício da docência para o seu fazer cotidiano como professores.

### **Saberes da docência**

Com a inspiração em Tardif (2009), que se baseou no Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (DELORS et al., 1998), admitimos que os professores precisam evidenciar os seguintes saberes necessários à sua prática pedagógica: saberes da formação básica, saberes pedagógicos e saberes da experiência.

### **Saberes da formação básica**

São saberes que correspondem ao conjunto de conhecimentos adquiridos, processados e reformulados durante o processo de formação inicial e/ou continuada, oriundos dos diferentes campos da ciência como língua portuguesa e outras linguagens (artes e educação física), ciências humanas, ciências naturais e ciências exatas.

Quanto aos saberes da formação de educadores em sexualidade, enfatizamos a necessidade de domínio do conhecimento quanto aos aspectos conceituais da sexualidade como dimensão biológica, psicológica, histórica e social. Independente da formação acadêmica, é preciso entender as dimensões da sexualidade humana; ampliar a compreensão dos conceitos de sexo, sexualidade e gênero; conhecer e caracterizar as manifestações da sexualidade ao longo da vida, as fases da resposta sexual humana, desvios e

inadequações sexuais; conhecer sobre sexualidade e deficiências: visual, auditiva, motora e intelectual; analisar criticamente as diferentes formas de violência sexual e de gênero, de vitimização sexual, entre outros.

### **Saberes pedagógicos**

São os saberes resultantes do estudo e do próprio exercício profissional docente. Compreendem os conhecimentos legitimados pela ciência sobre planejamento e avaliação, sobre métodos e técnicas de ensino, sobre tomada de decisões, enfrentamento de problemas, busca e encontro de soluções, sobre a reflexão e pesquisa historicamente construídas, porquanto inacabadas. Não podemos confundir-los, contudo, com saber aplicar técnicas e métodos e saber transmitir conteúdos. Professores nunca devem reproduzir conhecimentos da mesma forma que aprenderam e nem se valer dos mesmos exemplos nos anos de prática docente.

### **Saberes da experiência**

Neste conjunto estão os saberes que decorrem da vivência de situações específicas advindas das relações estabelecidas com os estudantes, colegas, gestores e outros profissionais envolvidos na prática de ensino-aprendizagem. Professores aprendem com seus alunos, com seus colegas mais experientes (e com os menos experientes também), com outros profissionais, estagiários, pais e outras pessoas da comunidade escolar e para além da escola.

Isso posto, consideraremos as experiências metodológicas válidas para a formação de educadores em sexualidade.

### **As primeiras experiências de formação de educadores em sexualidade<sup>2</sup>**

A educação sexual que liberta se enquadra numa perspectiva emancipatória ou de empoderamento, como preferimos considerar, que vai mais além do que preveem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1996).

Educar é uma forma de fazer intervenções no mundo. E neste sentido, eliminar estereótipos nas práticas pedagógicas deve ser o elemento

fundante das estratégias de ação por uma educação não discriminadora que respeite as sexualidades, as relações de gênero e a diversidade.

Mesmo no início de nossa atuação na área, essa concepção se fazia presente, e assim programamos e realizamos, no Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia, ciclos de estudo, encontros, oficinas e cursos de formação de educadores, entre outras atividades de extensão, integrando o Programa de Educação Sexual – PROEDSEX (FAGUNDES, 1995).

### **Ciclos de estudo e seminários**

A realização de ciclos de estudo através de seminários foi a primeira forma de abordagem metodológica que utilizamos no intuito de fornecer subsídios para a capacitação de educadores (FAGUNDES, 1989. 1993).

Consideramos muito válida esta forma, quando a situação apresenta as seguintes características: existência de um grupo que deseja iniciar um processo de educação sexual e não sabe como começar; pretensão de alcançar um grande número de participantes ao mesmo tempo e incerteza quanto à disponibilidade dos integrantes do grupo para participarem de todos os seminários de estudo.

A discussão dos temas específicos, sob a forma de seminários pode ser feita por especialistas que integrem o grupo ou outros convidados, desde que mantenhamos a concepção da metodologia participativa, assegurada pela observância de aspectos como: estruturação do grupo, levantamento das expectativas; relação e ordenamento dos temas; definição e convite aos especialistas para a discussão dos temas sob forma de seminários, cuidando para que os convidados externos ao grupo conheçam os objetivos a serem alcançados e expectativas do grupo; planejamento e exposição dos temas; discussão e avaliação, durante e após o processo.

### **Encontros e oficinas**

Estas duas formas são escolhidas quando se objetiva sensibilizar professores e outros profissionais de educação para a necessidade de educação sexual para crianças, adolescentes e adultos.

<sup>2</sup> Decerto que já abordamos essas experiências em outras comunicações, mas os profissionais que participam de nossos processos formativos nos estimulam a registrar, mais uma vez, como incentivo a quem deseja começar a atuar na área bem como reforçar a continuidade quem já desenvolvem ações educativas no campo da educação para a sexualidade.

Seguindo os princípios da metodologia participativa, os encontros e as oficinas preveem ações que não se restringem ao plano intelectual ou cognitivo dos educadores; que incluem, além de informações e conhecimentos, dinâmicas que conduzam à mudança de comportamentos, atitudes e valores concernentes às sexualidades.

Para começar, fazemos uma atividade que promove o conhecimento e a integração dos participantes do grupo, e em seguida intercalamos discussões teóricas e dinâmicas em que a prática do grupo emerge, é discutida, processada, analisada.

Consideramos eficiente o planejamento dos encontros e oficinas com o próprio grupo participante: desde a escolha e detalhamento do(s) tema(s) até a definição de quem vai conduzir a ação, local, horário e duração.

### **Cursos de formação**

Quando uma comunidade docente já está sensibilizada para a importância da educação sexual, é viável o seu envolvimento em atividades como os cursos de formação.

Constituem-se grupos preferenciais para esses cursos os professores da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio e outros profissionais de educação que atuam na educação formal: supervisores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, gestores ou de projetos alternativos de educação como os realizados por organizações não-governamentais, associações de bairros, grupos religiosos, clubes de serviço, etc.

Caracterizam os cursos: abrangência da programação, carga horária de, no mínimo, sessenta horas, período de realização de, no mínimo, três meses, grupo com atividade docente regular e realização de um projeto de educação sexual com, pelo menos, um grupo em que é docente.

Essa delimitação não surge como imperativa e excludente, entretanto foi o que a nossa experiência levou a concluir quando se objetiva um curso de formação. Com esses cursos, buscamos alcançar, principalmente para educadores docentes, a teorização sobre o seu cotidiano como um processo sistemático, ordenado e progressivo que retorne à prática, transformando-a, redimensionando-a, nos aspectos concernentes às manifestações, dúvidas, conceitos e preconceitos sobre sexualidade.

Quando um(a) participante conclui, com

êxito, um curso de formação, decorre a sua capacidade de ser agente multiplicador do processo.

### **As disciplinas**

Consolidado o Programa de Educação Sexual – PROEDSEX (Instituto de Biologia-UFBA) e com a convicção de que as discussões sobre gênero e sexualidade são imprescindíveis para a formação docente em seus diferentes níveis, propomos um componente curricular para cursos de licenciatura. A disciplina “Sexualidade e educação” foi então aprovada pelo Departamento de Biologia, locus de nossa atuação como docente e pesquisadora na Universidade Federal da Bahia, e implementada em 1994, como a primeira a integrar a matriz curricular de um curso de licenciatura no Brasil.

Constava na sua ementa o estudo da sexualidade humana em seus aspectos biológicos, psicológicos e sociais e suas manifestações em diferentes fases da vida; processos de informação, orientação e educação sexual para crianças, adolescentes e adultos e a educação sexual no currículo escolar.

Essa ementa expressava, contudo, uma proposta complexa para ser operacionalizada em um semestre letivo. O objetivo dela decorrente consistiu-se em: analisar as dimensões biológicas, psicológicas, históricas e sociais da sexualidade humana para, identificando as manifestações em diferentes fases do desenvolvimento, planejar ações de educação sexual que evidenciem o respeito às diferenças de gênero, com uma postura crítica frente à naturalização e hierarquização dessas diferenças.

Com o tempo fomos ampliando a abordagem para operacionalizar os objetivos de forma a abranger o estudo dos seguintes conteúdos: sexualidade e gênero, abordagem conceitual e histórica; aspectos biopsicossociais da sexualidade; identidade e relações de gênero; gênero e poder; diversidade sexual; feminilidades e masculinidades; direitos sexuais; sexualidade na infância, na adolescência, na idade adulta e na terceira idade; resposta sexual humana; disfunções, desvios e inadequações sexuais; o exercício da sexualidade em situações especiais; mitos, crendices e tabus sexuais e de gênero; preconceitos, discriminações e violências sexuais e de gênero; educação sexual na escola; o papel do(a) professor(a); projetos de educação sexual.

A experiência deu certo e se consolidou, tendo seu relato publicado em Fagundes (1996).

Seguindo a tradição do que vinha sendo realizado na graduação com a disciplina Sexualidade e Educação, criamos também a disciplina "Educação, sexualidade e gênero" oferecida para os cursos de mestrado e doutorado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (FAGUNDES; SOUZA, 2006). A escolha dos temas integrantes das programações das disciplinas foi norteada por parâmetros epistemológicos e filosóficos coerentes com o caráter transdisciplinar e multifacetado da área. Assim, autores de diversos campos de estudos tais como biologia, medicina, psicologia, educação, antropologia, sociologia, história e filosofia foram articulados em torno dos diversos aspectos da sexualidade e das relações de gênero.

Além da ementa, objetivos, conteúdos e procedimentos de avaliação terem sido avaliados como bastante pertinentes e adequados ao que se propôs, pelos alunos da disciplina, bem como pelo PPGE, houve o resultado profícuo da publicação de três livros, com artigos elaborados pela equipe docente e discente da referida disciplina.

Nas perspectivas de uma educação emancipatória e da pedagogia crítico-social dos conteúdos, implementamos a disciplina "Educação e sexualidade", no curso de pedagogia da Universidade Salvador – UNIFACS, com objetivos e programação comparáveis às da disciplina da UFBA.

Desta última experiência obtivemos como resultado a graduação de mais de três mil educadoras(es) na Bahia e no Brasil, que tiveram em sua formação básica, subsídios para planejar e efetivar ações educativas em sexualidade em seu cotidiano docente.

### **Interditos e novas perspectivas**

Mesmo que tenhamos uma trajetória que referenda a importância e as possibilidades de educar para a sexualidade, paralelamente temos enfrentado embates teóricos e práticos frente a este processo. Em especial, nos últimos dois anos, setores conservadores da sociedade têm nutrido acirrados debates em torno dos programas que promovem a educação para sexualidade pela perspectiva de gênero. Na atualidade, tramita uma série de projetos de lei proibindo o debate sobre as questões de gênero na educação básica da rede pública e, com perplexidade, constatamos que o discurso anacrônico tem ganhado força em diferentes instâncias responsá-

veis pela definição de premissas que norteiam as políticas educacionais brasileiras, provocando a supressão, em documentos oficiais, da questão da sexualidade, bem como outras a ela relacionadas (como, por exemplo, a problematização da diversidade de gêneros e do direito das mulheres) como pauta obrigatória a ser discutida nas escolas. Na Bahia foram aprovadas alterações relacionadas ao tratamento dessas temáticas no plano estadual e no município de Salvador. Temos notícias que o mesmo vem acontecendo em outros estados brasileiros. Junto à proposição de uma escola sem ideologias de gênero e política, sem espaço para a crítica e/ou problematização, sobressai-se, ainda mais, a certeza de que, no Brasil, estamos retrocedendo social, cultural, científica e pedagogicamente.

Por outro lado, os projetos e programas de formação de professores multiplicadores em educação sexual podem e devem permanecer, uma vez que encontram respaldo em legislações educacionais mais recentes que complementam a LDB (BRASIL, 1996), como a resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada (BRASIL, 2015).

Esta resolução determina no § 5º do Art. 3, entre outros aspectos, que são princípios da formação de profissionais do magistério da educação básica:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras.; (Grifos nossos.)

Evidenciamos, nesses itens, indicadores indispensáveis à formação docente, como a educação de qualidade, valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação e o reconhecimento da diversidade étnico-racial, de gênero e sexual, princípios de equidade fundantes de uma educação para a sexualidade em uma perspectiva de gênero como acreditamos e sempre implementamos.

### Considerações finais

A realização das experiências em que atuamos como docente, nos diferentes espaços educativos, de natureza pública ou privada, e que sempre objetivaram dar subsídios para que a escola tratasse a questão da sexualidade humana com o devido discernimento, contribuíram para potencializar a preocupação que tem afligido os educadores diante dos modos pelos quais esse tema tem sido conduzido recentemente em nosso país, modos esses radicalmente contrários àqueles, como essa questão tem sido encaminhada em outros lugares do mundo.

Indubitavelmente, temos testemunhado retrocessos, sobretudo do ponto de vista legal. Entretanto, temos evidenciado que os educadores que participam dos processos formativos valorizam as histórias e vivências do grupo, sentem-se estimulados à troca de experiências e à construção coletiva de novos saberes: múltiplos, amplos, diversificados, transformadores e que se tornam multiplicadores. Sendo assim e diante dos resultados das ações de formação de educadores que vivenciamos, ao longo desses anos, reafirmamos a relevância e a necessidade de preparar profissionais para refletir sobre questões de sexualidade e gênero em uma dimensão individual e grupal, subsidiar mudanças de comportamentos, valores e atitudes concernentes à vivência da sexualidade e das relações de gênero, bem como a produção de novos saberes na área.

### Referências

- ARROYO, Miguel G. Experiências de inovação educativa: o currículo na prática da escola. In: MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. (Org.) *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papyrus, 2002. p.131-164.
- BRASIL., *Lei n.º 9394 de 20 de dezembro de 1996*. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. DOU de 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. MEC/CEE. *Resolução n. 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 5 .jul. 2016.
- DELORS, Jacques e outros. *Educação um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília/São Paulo: UNESCO/MEC/Cortez. 1998. Disponível em <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>. Acesso em 10.jul.2016.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educação sexual nas escolas: relato de uma experiência de intervenção através de orientação para o professor. *SEXUS – Estudo Multidisciplinar da Sexualidade humana*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 17-20,. 1989.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. Educação sexual e Formação do Professor: necessidade e viabilidade. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. São Paulo. v. 3, n. 2, p. 154-157. 1993.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. *Educação sexual: construindo uma nova realidade*. Salvador: TCPCF.1995.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. *Abordagens histórico-filosóficas da educação*. Salvador: UNIFACS. 2005.
- FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Inserção de estudos sobre sexualidade e relações de gênero em Cursos de Pós-Graduação da UFBA. In: XIII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SEXOLOGIA E EDUCAÇÃO SEXUAL, 2006, Salvador-BA. *Anais do XIII Congresso Latino-Americano de Sexologia e Educação Sexual*, 2006. v. único.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIBÂNEO, José C. Tendências pedagógicas na prática social. In: LIBÂNEO, José C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008